

## AREA RESTRITA

Relatório Completo 30/09/2015 às 10:10:16

Total de (23) Proposições.

### PL 1193/1995

**Autor:** JORGE ANDERS - PSDB/ES

**Relator:**

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 24/09/2015 às 15:21 reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona.
<b>O que é</b>	modificado em 11/09/2015 às 10:38 Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais.
<b>Situação</b>	modificado em 11/09/2015 às 10:38 Mesa Diretora. Aguardando inclusão na Pauta. 18/05/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA).
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 18/09/2015 às 10:55 DIVERGENTE O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.  De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).  Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

## AREA RESTRITA

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.

### PL 2974/2008

**Autor:** Deputado Lira Maia (DEM-PA)

**Relator:** Deputado Paes Landim (PTB-PI)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 18/09/2015 às 11:05 conceder crédito de franquias de bagagem
<b>O que é</b>	modificado em 18/09/2015 às 11:05 Concede ao passageiro crédito de quilos quando os pertences despachados não totalizarem o peso máximo a que tem direito como franquias de bagagem, podendo utilizá-lo para abater excesso de peso em viagens futuras.
<b>Situação</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:33 CD ? Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT e CDC. Projeto pode ser arquivado em definitivo.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:33 DIVERGENTE A possibilidade de a franquias de bagagem não utilizada ser convertida em crédito aos passageiros que não a esgotem interfere na liberdade das empresas determinarem livremente os preços dos seus serviços (tarifas), o que implicará na elevação dos seus custos operacionais, com efeitos danosos sobre os preços das passagens.

Além disto, a operacionalização da proposta ficará comprometida nos casos em que um número elevado de passageiros detentores de ?créditos? de bagagem pretenda utilizá-los no mesmo voo, o que ensejaria sobre peso, pondo em risco a segurança da aeronave.

## AREA RESTRITA

### PLS 81/2012

**Autor:** Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)

**Relator:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:31 impor ?tarifa zero? para o transporte das pessoas que menciona
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:31 Inclui no sistema de transporte coletivo interestadual o modal aéreo, com a finalidade de assegurar o benefício do passe livre (tarifa zero) aos passageiros do transporte aéreo que sejam portadoras de doenças graves ou incapacitantes e comprovadamente carentes.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:31 SF ? CDH, designado como relator o Senador Lindbergh Farias
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 15:31</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>A Lei nº 8.999/94 concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual. O PL em tramitação acresce novas disposições à Lei em vigor para: (i) estender o benefício também para os portadores de doenças graves ou incapacitantes, além dos portadores de deficiência; (ii) esclarecer que o sistema de transporte coletivo interestadual abrange os modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo; (iii) estabelecer que a utilização do passe livre é condicionada à comprovação de que a viagem tem por finalidade tratamento de saúde; (iv) estabelecer que as empresas transportadoras ficam obrigadas a reservar dois assentos por veículo, exceto no transporte aéreo, que fica obrigado a um assento; (v) estender o benefício ao acompanhante igualmente hipossuficiente (carente), se atestada a imprescritibilidade do acompanhamento.</p> <p>O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por aeronave (passe livre) para os portadores de doenças graves ou incapacitantes, além dos portadores de deficiência, instituindo o benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, institui política social assistencialista, sem indicar a necessária contrapartida da fonte de custeio pública. De regra sustenta-se que a adoção de tal política é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).</p> <p>Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social seja financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade, estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que devem ser observadas as disposições do seu</p>

## AREA RESTRITA

art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores que não sejam carentes.

### PLS 303/2012

**Autor:** Senadora Ana Amália (PP/RS)

**Relator:** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 Altera a Lei nº 6.009/73, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 SF- CI, pronta para a pauta, com minuta de parecer favorável da matéria, com uma subemenda à Emenda nº 1 ? CAE, do relator, Senador Vicentinho Alves. 12/08/2015 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - Em reunião realizada nesta data, é concedida vista coletiva da matéria. 03/09/2015 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 CONVERGENTE A iniciativa é meritória, uma vez que por objetivo reduzir o custo do transporte aéreo internacional regional com destino ou origem em cidades gêmeas fronteiriças.

## AREA RESTRITA

### PL 3270/2012

**Autor:** Deputado Carlos Souza (PSD-AM)

**Relator:** Deputado Geraldo Thadeu (PSD-MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36 estabelecer tarifa social para beneficiários do Bolsa Família
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36  Altera a Lei nº 8.080/90, para estabelecer tarifa social no valor de 30% da tarifa para o mesmo trecho praticada pela empresa concessionária do serviço de transporte aéreo doméstico regional no dia da aquisição, a ser utilizada no atendimento de passageiros carentes, beneficiários do Programa Bolsa Família, priorizando o atendimento daqueles que necessitem do transporte aéreo para terem acesso a melhores condições de atendimento médico, obrigando a empresa concessionária a reservar um número mínimo de 30% dos assentos disponíveis na aeronave para o atendimento proposto.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36 Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT. O PL pode ser arquivado definitivamente. 21/08/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Devolução à CCP
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36 DIVERGENTE O projeto propõe a criação de benefício social destinado a passageiros carentes incluídos no Programa Bolsa Família, sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas transportadoras.  Vide comentários ao PL 1.193/1995

### PL 4313/2012

**Autor:** Deputado Professor Victório Galli (PMDB-MT)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Transporte gratuito para idosos carentes Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tratar sobre a gratuidade para idosos no serviço de transporte aéreo doméstico.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Mesa Diretora - Apensado ao PL 6963/2010

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 15:42

#### DIVERGENTE

O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por veículo (tarifa zero), já estabelecidas na Lei nº 10.741/03 em benefício dos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, instituindo benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas aéreas transportadoras.

Propõe, portanto, o autor da iniciativa, que seja instituída uma política de cunho assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o pacto social expresso na CF de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressalvando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores idosos que não sejam carentes.

## AREA RESTRITA

### PL 4824/2012

**Autor:** Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS)

**Relator:** Deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84 (Estatuto do Aeronauta).
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 CD ? CTASP Aguardando Parecer do Relator Dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG).
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 DIVERGENTE O Substitutivo aprovado na CVT, na forma do parecer do Deputado José Stédile (PSB-RS), altera as regras atuais que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, em sincronia com proposição idêntica já aprovada no Senado Federal (PLS 434/2011).  Vide observações, na página 15. ao PL 8.255/14 (origem PLS 434/2011)

### PL 7564/2014

**Autor:** Deputado Carlos Bezerra ( PMDB -MT)

**Relator:** Deputado José Stédile (PSB-RS)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 Aeronautas: adicional de periculosidade Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensado ao PL 4.824/2012
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 Concessão de adicional de periculosidade para os tripulantes quando permanecerem dentro da aeronave durante o seu abastecimento.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 CD ? Apensado ao PL 4.824/2012
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 DIVERGENTE O adicional de periculosidade só é devido quando há o contato do empregado com o agente inflamável em situação de risco acentuado. Esse requisito não se verifica na hipótese do aeronauta que permanece a bordo da aeronave durante seu abastecimento, como reiteradamente vem sendo reconhecido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

## AREA RESTRITA

### PL 8255/2014

**Autor:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece novas regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>CD ? CVT Aprovado em 08.07.15. o substitutivo da relatora, Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ), com voto em separado do Deputado Nelson Markezelli (PTB/SP). Neste mesmo dia, encaminhado para a CCP (Coordenação de Comissões Permanentes). Encaminhado a CETASP e em 14.07.15, o Presidente Benjamim Maranhão (SD/PB) avocou a relatoria do PL. Em 15.07.15. foi aberto o prazo para emendas ao projeto (05 sessões a partir de 16.07.15.</p> <p>11/08/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O Substitutivo ao PLS 434/2011, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (Relator Senador Paulo Paim ? PT/RS), em deliberação terminativa colhida em dois turnos de votação, alterou a proposição inicial, de autoria do Senador Blairo Maggi (PR/MT), para criar uma nova profissão (tripulante de aeronave) e, por meio deste artifício, estabelecer profunda alteração nas regras que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, com o objetivo de ampliar a intervenção nas relações entre capital e trabalho, em sentido oposto à necessária priorização da negociação voluntária e descentralizada, que permite um permanente e rápido ajuste às mudanças socioeconômicas em curso.</p> <p>A proposição altera, significativamente, a regulação atual sobre a composição da tripulação, o regime de trabalho (abrangendo escala de serviços, jornadas de trabalho, sobreavisos e reservas, viagens, limites de voo e de pouso, períodos de repouso, folgas periódicas), a remuneração e concessão de benefícios (alimentação, assistência, uniformes e férias), as transferências de residência e a implantação, gerenciamento e fiscalização de programas de controle de risco da fadiga humana, com o indistigável propósito de aumentar a remuneração dos aeronautas.</p> <p>Tais assuntos podem e devem ser resolvidos mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, como autorizado na Constituição Federal. A solução pela via legislativa impede e desestimula a negociação coletiva, que é o melhor caminho para preservar necessidades dos trabalhadores e das empresas</p>



## AREA RESTRITA

O impacto do projeto é especialmente relevante para as empresas brasileiras de transporte aéreo regular que terão dificuldades para absorver ou repassar a elevação dos custos trabalhistas para as passagens aéreas e competir em igualdade de condições com suas congêneres estrangeiras no transporte aéreo internacional. O projeto, portanto, pode comprometer o crescimento do mercado de transporte aéreo e a sobrevivência das empresas e dos empregos que geram.

### PL 6716/2009

**Autor:** Senador Paulo Otávio (PFL-DF)

**Relator:** Deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR) - CESP

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo</p> <p>Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensados 60 outros projetos de lei</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>Altera a Lei nº 7.565/86 (CBA), para ampliar a possibilidade de participação de pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, no capital das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, no limite de até 49% do capital com direito a voto.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>CD ? Plenário em 20/03/2013 (matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes, com Substitutivo do Relator). No dia 10.03.15 houve a apresentação do Requerimento nº887/1, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca(PCdoB/PE) que ?Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL6.716/2009, que amplia a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreoEste projeto tem uma árvore de 60 projetos apensados.</p> <p>28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo"</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.</p>

## AREA RESTRITA

### PLS 399/2014

**Autor:** Comissão de Serviços de Infraestrutura do SF

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:59 aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:59 Altera o art. 181 da Lei nº 7.565/86, para expandir até o limite de 49% do capital votante a possibilidade de participação de capital estrangeiro nas empresas brasileiras concessionárias de serviço de transporte aéreo público de passageiros.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:59 CCJ ? Aguardando designação do relator
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:59 CONVERGENTE

O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiros de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.

### PLS 02/2015

**Autor:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Relator:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ?

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (CBA) para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 SF ? CCJ em decisão terminativa. Designado relator o Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES). 26/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado. 18/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 11h, relatório reformulado pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), com voto pela aprovação do Projeto 24/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 DIVERGENTE No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas

## AREA RESTRITA

brasileiras não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e segurança nacionais, o que desaconselha a aprovação do PLS.

## AREA RESTRITA

### PLS 330/2015

**Autor:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

**Relator:** Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 Eliminar a restrição quanto à participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de transporte aéreo
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 SF/ CCJ. Em 17/06/2015 foi designado relator o Senador Jader Barbalho
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 DIVERGENTE

O PLS dá nova redação ao III do art. 181 da Lei nº 7.565/86, para permitir a participação de estrangeiros em metade dos cargos da diretoria executiva de empresas brasileiras de transporte aéreo, ao mesmo tempo em que propõe a revogação do inciso II e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, revoga a exigência de que pelo menos 4/5 do capital com direito a voto pertença a brasileiros e liberaliza a emissão das respectivas ações.

No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras, não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e a segurança nacionais, o que desaconselha à aprovação do PLS.

### PL 730/2007

**Autor:** Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

**Relator:** Deputado Maílson Filho (PMDB-MS)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:23 Requisitos para divulgação de assentos com tarifas promocionais Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:23  Acrescenta artigo à Lei nº 7.565/86 (CBA), para obrigar as empresas aéreas a divulgarem, na sua publicidade, a quantidade de assentos oferecidos com tarifas promocionais em cada voo (tarifas praticadas com preço reduzido, de caráter temporário, com período definido de início e de término de

## AREA RESTRITA

venda e de utilização, válidas em voos pré- selecionados) e a informarem, previamente, ao Departamento de Aviação Civil, para cada promoção, o período de vendas, a quantidade de assentos disponibilizados em cada voo, o preço da tarifa, o período de validade da promoção e demais regras tarifárias.

---

### Situação

modificado em 28/09/2015 às 17:23

CD ? 05/03/2015 ? Desarquivado. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ? CCJC

---

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:23

#### DIVERGENTE

As exigências previstas na proposição legislativa consubstanciam indevida interferência no setor privado e contém potencial efetivo para distorcer os mecanismos de mercado, com prejuízo para a livre concorrência e a competitividade das empresas aéreas brasileiras perante suas congêneres estrangeiras.

Além disto, tais exigências são insuscetíveis de serem cumpridas, uma vez que as promoções tarifárias refletem, a cada momento, o resultado entre a oferta e a demanda por assentos, o que pode ocorrer até minutos antes do horário estabelecido para o voo.

A interferência, portanto, nos mecanismos de mercado (lei da oferta e da procura) é desastrosa, impedindo que a interação entre as empresas e os passageiros seja eficiente, tendo como resultado níveis adequados de quantidade e preços.

VER PLS 3568/2008

## AREA RESTRITA

### PLS 281/2012

**Autor:** Senador JosÃ© Sarney (PMDB-AP)

**Relator:** Senador Ricardo FerraÃ§o (PMDB-ES)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>Moderniza o Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>Obs. Tramita em conjunto com PLS 283/2012</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>PLS 281/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;</p> <p>PLS 283/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>SF/ CCJ, matéria com o Relator, Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)</p> <p>26/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado.</p> <p>21/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado.</p> <p>19/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 21ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o relator, Senador Ricardo Ferraço, durante a discussão, apresenta Relatório reformulado, com voto favorável ao PLS 281/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e ao PLS 283/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta.</p> <p>15/09/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>No que se refere especificamente ao transporte aéreo regular, o Substitutivo, apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, é adequado ao setor, porque preserva a competência da ANAC para regulamentar a matéria, nos seguintes termos:</p> <p>?Art. 49-A. Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato de transporte aéreo antes de iniciada a viagem (art. 740, § 3º, do Código Civil), o exercício do direito de arrependimento do consumidor de passagens aéreas poderá ter seu prazo diferenciado em virtude das peculiaridades do contrato, por norma fundamentada das agências reguladoras.</p> <p>Parágrafo único. A regulamentação prevista no caput deverá ser realizada no prazo máximo de cento e oitenta dias após a entrada em vigor.?</p> <p>Não mérito, portanto, não restrição quanto à aprovação do projeto.</p>

## AREA RESTRITA

### PL 3249/2012

**Autor:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 atendimento prioritário
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 Altera a Lei nº 10.048, de 2000, que 'dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências', para determinar atendimento prioritário e reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida?.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 CD ? pronto para apreciação pelo Plenário. Em 30.03.15 foi apresentado o Requerimento do Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB) que ?Solicita inclusão na Ordem do Dia do PLS3.249/12?. 01/04/2015 - Pronto para apreciação pelo Plenário, com prioridade.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 CONVERGENTE O PL prevê atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou obesidade mórbida, aos idosos com idade superior a 60 anos e às gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Determina, também, a reserva de assentos especiais para as mesmas pessoas, devidamente identificados, assim como a reserva de 2 (dois) assentos contíguos destinados a pessoas com obesidade mórbida.  A iniciativa determina providências já adotadas pelas empresas de transporte aéreo.

## AREA RESTRITA

### PL 4015/2012

**Autor:** Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT)

**Relator:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>Regular programas de milhagens</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>Proíbe a prescrição do direito do participante de programas de milhagem aos pontos acumulados junto a qualquer empresa, bem como a fixação, pelo fornecedor, de prazos de validade ou expiração, facultando esta quando os pontos não forem utilizados, nos casos de encerramento da conta pelo consumidor e com anuência expressa do mesmo para esse fim, determinando a aplicação de sanções administrativas e penais aos infratores, além de estabelecer que os pontos devem reverter à conta do consumidor e creditar o dobro dos pontos prescritos ou expirados.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>CD ? CCJC , aguardando parecer do relator, Dep. Efraim Filho (DEM-PB)</p> <p>26/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da Redação Final, Dep. Efraim Filho (DEM-PB). Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor</p> <p>19/08/2015 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.</p> <p>07/08/2015 - Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 10/08/2015).</p> <p>05/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovado o Parecer</p> <p>08/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL interfere, indevidamente, na relação contratual estabelecida entre a empresa transportadora e os seus passageiros, uma vez que os programas de fidelidade são oferecidos como forma de premiar ou bonificar os usuários pela compra de produtos ou serviços, cabendo a eles, voluntariamente, aderir ou não ao programa.</p> <p>A intervenção do Estado a pretexto de proteger interesses dos usuários, na forma e nas condições propostas, afetará o equilíbrio econômico-financeiro dos programas de fidelidade, desestimulando as empresas de investir no lançamento de novos programas, podendo implicar na redução e extinção de benefícios atualmente assegurados, em detrimento dos próprios consumidores.</p>

### PLS 313/2013

**Autor:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

**Relator:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RR)



## AREA RESTRITA

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:55</p> <p>Estabelecer direitos básicos para o usuário de transporte aéreo (consumidor)</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:55</p> <p>Altera o art. 6º da Lei nº 8.078/90, para estabelecer que são direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros: (1) na oferta de venda de passagem aérea, ser informado acerca do número de assentos da aeronave por categoria tarifária; (2) ter informação clara e precisa sobre o preço total do bilhete inclusive as tarifas aeroportuárias, e sobre todas as restrições impostas ao bilhete ofertado; (3) pagar multas em razão de cancelamento ou remarcação de bilhete em valores não abusivos; (4) justa e ampla indenização por danos morais e materiais em razão de cancelamento de voo pela empresa aérea; (5) justa e ampla indenização por danos morais e materiais em razão de extravio de bagagem na viagem; (6) ser reembolsado dos valores pagos por bilhete de passagem não utilizado, em no máximo trinta dias após a data do voo, sob pena de multa de cem por cento sobre o valor devido; e (7) exigir que as demais empresas aéreas que operem o mesmo trecho aéreo assumam a prestação dos serviços de transporte de passageiros em caso de súbita paralisação de atividades pela empresa aérea contratada.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:55</p> <p>SF ? CMA matéria devolvida ao relator, Senador Valdir Raupp (PMDB-RR), com relatório pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:55</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O assunto já esta regulamentado nos arts. 222 a 234 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e em resoluções expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, razão pela qual a inclusão do mesmo na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contraria o disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95/98, uma vez que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.</p> <p>Além disto, a alteração proposta é dirigida exclusivamente ao setor de aviação civil, em contrariedade ao caráter geral das normas do CDC, que se aplicam a todos os setores da economia, sem distinção. Ademais, a proposição é desnecessária, uma vez que a Resolução nº 141, de 2010, da ANAC, tem logrado êxito em proteger os passageiros nas situações abarcadas pelo PLS.</p>

## AREA RESTRITA

### PL 6484/2013

**Autor:** Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:59 Regular programa de milhagem Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:59 Regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:59 CD ? CVT, aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:59 DIVERGENTE O PL promove indevida intervenção, restringindo a livre organização e gestão [pelas empresas aéreas] de programas de bonificações e prêmios aos seus consumidores, que, certamente, implicará no desestímulo a investimentos em novos programas e até mesmo na manutenção dos atuais, podendo vir a prejudicar os próprios consumidores.

### PLS 395/2014

**Autor:** Senador Wilder Morais (DEM/GO)

**Relator:** Senador Benedito de Lira (PP/PI)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 Acessibilidade às aeronaves das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, para obrigar as empresas aeroviárias a possuir rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxílio no embarque e desembarque de deficientes físicos.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 SF ? CCJ, aguardando parecer do relator, Senador Benedito de Lira.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 CONVERGENTE, COM RESSALVA A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo foi regulamentada pela ANAC, por meio da Resolução 280/2013, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências No regulamento foi atribuída ao operador aeroportuário a responsabilidade de prover o aeroporto, até

## AREA RESTRITA

dezembro de 2015, com os equipamentos necessários ao embarque e desembarque das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em vista disso, e considerando que a agência reguladora já adotou a regulação objeto da proposição legislativa, torna-se desnecessário a conversão do projeto em lei.

## AREA RESTRITA

### PLS 101/2015

**Autor:** Senador Reguffe (PDT/DF)

**Relator:** Senador Aluysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:10</p> <p>Fixa sanção para os casos de cancelamento, interrupção ou atraso de voo</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:10</p> <p>Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre obrigações das empresas aéreas em indenizar os valores pagos aos passageiros/consumidores, nos casos de atraso e cancelamento de voo, sem o prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e materiais sofridos.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:10</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PLS prevê que em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, o valor do bilhete de passagem, se o passageiro assim o preferir. Determina, também, o pagamento de indenização ao passageiro, a título de compensação, sem prejuízo dos danos morais e materiais sofridos, nos seguintes percentuais e desde que o atraso ou interrupção não decorra de más condições meteorológicas: 10% se o atraso for superior a duas horas; 20% se superior a quatro horas; 50% se superior a oito horas e 100% se superior a doze horas.</p> <p>Estabelece, ainda, que quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 04 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço e que todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil. Propõe, também, que o transportador deverá indenizar os passageiros em 100% (cem por cento) do valor pago pela passagem adquirida nos casos de interrupção ou atraso por mais de quatro horas, desde que o cancelamento, interrupção ou atraso não ocorra devido às más condições meteorológicas devidamente comprovadas pelos órgãos competentes.</p> <p>Todavia, é omissa quanto à exclusão da responsabilidade administrativa ou civil da empresa transportadora nas hipóteses em que o cancelamento, a interrupção ou o atraso de voo decorrer de qualquer outra circunstância que não proveniente de más condições meteorológicas, tais como saturação de terminal de embarque e desembarque de passageiros; saturação de pátios de estacionamento ou pistas de aterrissagem/decolagem; sequenciamento de pousos/decolagens; tempo de voo dilatado por órbita; quebra de ponte de embarque; falta de ônibus para o embarque/desembarque de passageiros; pane no equipamento de raio-x; esteiras inoperantes; tráfego aéreo congestionado; radares inoperantes ou outras circunstâncias imprevistas ou imprevisíveis que excluam a responsabilidade do operador aéreo por atrasos, cancelamentos ou</p>

## AREA RESTRITA

interrupções de voos, nos termos estabelecidos na alínea ?n? do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e no item 6.4 do Capítulo 6 da IAC 1504.

A proposição, portanto, implica em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial.

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:10

### PL 6454/2005

**Autor:** Deputado Milton Monti (PR-SP)

**Relator:** Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Configuração de Aeronaves

**Prioridade:** Sim

#### Foco

modificado em 29/09/2015 às 10:27

Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros

Obs. Árvore de apensados e outros documentos da matéria

#### O que é

modificado em 29/09/2015 às 10:27

Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros e dá outras providências

#### Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:27

CD ? CSSF. Em 09.06.15 parecer da relatora, Deputada Conceição Sampaio (PP/AM), pela aprovação deste PL 6454/2005 e pela rejeição do PL 2.529/07, apensado, e do Substitutivo da CDC. Em 24.06.15 o parecer foi aprovado por unanimidade. Em 21.07.15, recebimento pela CVT com o PL 2.529/07, apensado.

26/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

13/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição.

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:27

DIVERGENTE

O PL estabelece que as aeronaves nacionais e estrangeiras, em voos comerciais, com partida ou chegada em aeroportos nacionais, tenham a bordo os seguintes equipamentos de primeiros socorros: 1 - local adaptável para transformação em maca de acomodação de pessoas na posição horizontal; 2 - aparelho desfibrilador; 3 - balão de oxigênio; 4 - medicamentos anti-convulsivos para indicação cardíaca, e de uso geral em situação de emergência.

O PL 2.529/2007, a ele apensado, torna obrigatória a presença de médico ou enfermeiro em todos os voos comerciais, domésticos e internacionais.

Os PLs tratam de assuntos sujeitos à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto à formação e treinamento de

## AREA RESTRITA

pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º).

Além disso suas regras são insuscetíveis de serem aplicadas a aeronaves estrangeiras, cujas operações sujeitam-se a regras estabelecidas em acordos, tratados e convenções internacionais.

## AREA RESTRITA

### PLC 132/2011

**Autor:** Deputado Manoel JÃºnior (PMDB-PB)

**Relator:** Senadora LÃ¢cia VÃ¢nia (PSB/GO)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** ConfiguraÃ§Ã£o de Aeronaves

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:32 Instalação de assentos especiais nas aeronaves
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:32 Dispõe sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:33
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:32 DIVERGENTE O PLC trata de assunto sujeito à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto a formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º), além do que as aeronaves já dispõem de assentos rebatíveis que asseguram aos obesos acomodação adequada e o indispensável conforto nas suas viagens.